

SICOOB CENTRAL NE



RELATÓRIO  
ANUAL

2016



 SICOOB



## Com a Sipag, você ganha duas vezes: nas vendas e nos resultados da cooperativa.

- Sem taxa de adesão
- A menor mensalidade do mercado
- Antecipação de recebíveis
- Portal de Serviços Sipag

**Peça agora mesmo sua maquininha Sipag.**

Acesse já: [sipag.com.br](http://sipag.com.br) • Ligue 3004-2013 - Capitais  
0800 757 1013 - Demais localidades • [contato@sipag.com.br](mailto:contato@sipag.com.br)

**sipag**  
Soluções Integradas de Pagamento



# SUMÁRIO

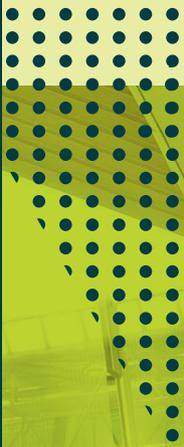
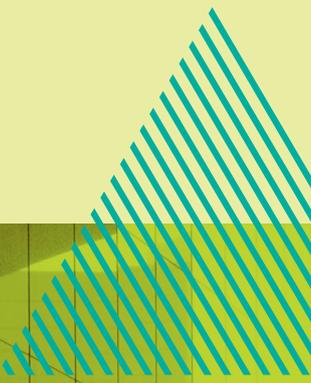
Missão, Visão e Valores .....	04
Mensagem do Presidente .....	06
Edital de Convocação .....	08
Órgãos Estatutários .....	09
Balanco Patrimonial .....	10
Demonstrações de Sobras ou Perdas .....	11
Demonstrações do Fluxo de Caixa .....	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	13
Notas Explicativas .....	15
Relatório dos Auditores Independentes .....	27
Parecer do Conselho Fiscal .....	30
Plano de Metas .....	31
Filiadas Sicoob NE .....	39



# Missão

---

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.



# Visão

---

Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.





# Valores

---

- Transparência,
- Comprometimento,
- Respeito,
- Ética,
- Solidariedade,
- Responsabilidade.



# VOCÊ AGORA FAZ PARTE DE UMA NOVA ERA.

Considerando que 2016 foi um ano desafiador para a economia brasileira, trazemos mais uma vez resultados surpreendentes para o Sicoob NE.

Sem perder o foco em seu objetivo principal, o Sicoob Central NE tem auxiliado suas Filiadas com estrutura voltada para os negócios, fazendo com que fiquem cada vez mais livres para explorar nosso diferencial competitivo no mercado (relacionamento de excelência ao cooperado), que resulta no alcance das metas instituídas.

Dentro das diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração da Central para a nossa expansão, contando principalmente com o empenho dos nossos Dirigentes e Empregados, fechamos 2016 com 11 novos pontos de atendimento, totalizando 60 (sessenta) em nossa área de atuação, sendo:

- 3 (três) novas filiações: Sicoob Ceará (Fortaleza/CE), Sicoob Centro Nordeste (João Pessoa/PB, Natal/RN e Recife/PE) e Sicoob Sul Maranhense (constituição - Balsas/MA), além da abertura de 6 (seis) Pontos de Atendimento do Sicoob nas seguintes localidades: Santa Inês/MA, Pedreiras/MA, Bacabal/MA, Serra Talhada/PE, Garanhuns/PE e Maceió/AL;
- 2 (duas) incorporações – Alumar incorporada pelo Sicoob Norte Maranhense e Sicoob Sindicred RN incorporada pelo Sicoob Credipol;

Essas ações têm-se refletido na evolução apresentada nos últimos quatro anos (2013 a 2016), como por exemplo, em relação aos nossos Ativos Totais que cresceram 174,92%, enquanto o Sistema Sicoob no mesmo período cresceu 83,87%.

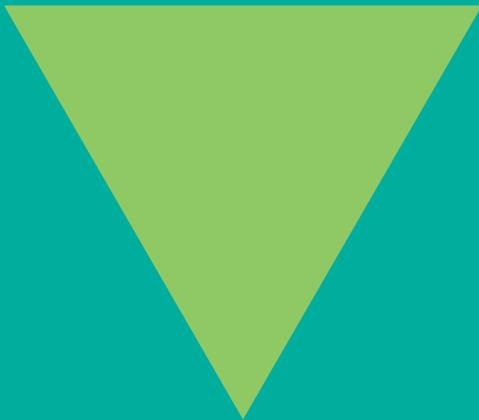
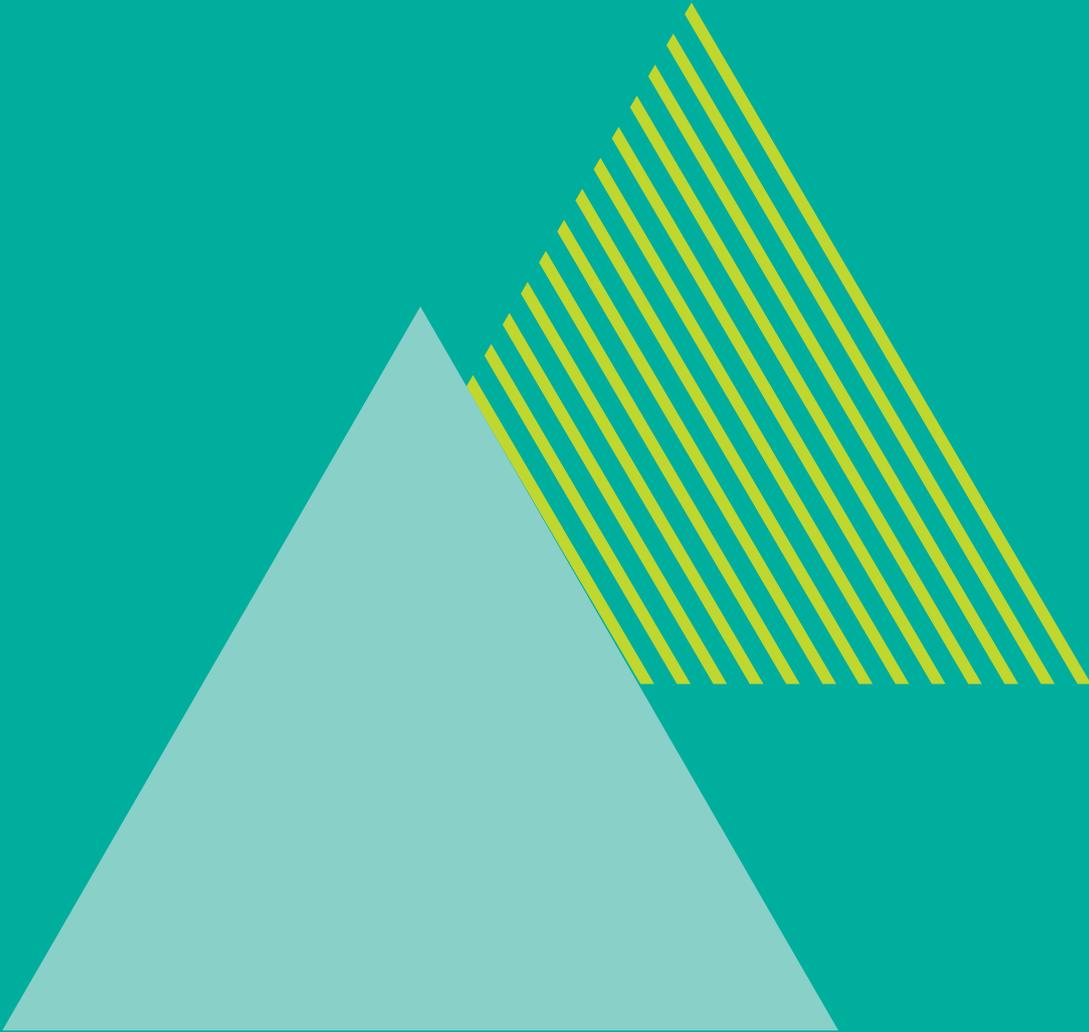
Mas, ainda é pouco, permeamos entre as menores Centrais Sicoob e temos muitos desafios pela frente: crescer em quantidade e qualidade, crescer em resultados e crescer em investimentos, além, é claro, da busca constante em fidelizar nossos cooperados, consolidando nossa participação na região nordeste.

Por isso, convocamos cada um de vocês que compõe o Sicoob NE, dirigentes e empregados, para abraçarem conosco o desafio que nos une:

Rumo a R\$ 1 Bilhão de Ativos!

**José Evaldo Campos**  
Presidente do Conselho de Administração





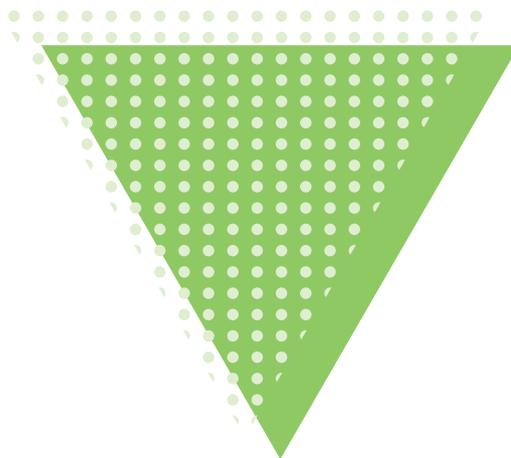
# EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste - Sicoob Central NE, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca as 15 (quinze) Filiadas, em condição de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no Hotel Manaíra, sito na Av. Edson Ramalho, 1131 – Manaíra, João Pessoa/PB, por falta de acomodações na Sede Social, no dia 31/03/2017 às 09h30, com a presença de 2/3 (dois terços) das Filiadas, em primeira convocação; às 10h30, com a presença de metade mais um das Filiadas, em segunda convocação; ou às 11h30, com a presença de no mínimo 03 (três) das Filiadas, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia:

1. Prestação das contas do exercício de 2016;
2. Destinação das sobras líquidas apuradas;
3. Fixação do valor global dos honorários, gratificações e/ou cédula de presença dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva;
4. Outros assuntos de interesse social, sem caráter deliberativo.

Cabedelo/PB, 09 de março de 2017

  
**José Evaldo Campos**  
Presidente



# ORGÃOS ESTATUTÁRIOS

## Conselho de Administração Mandato até 2020

José Evaldo Campos – Presidente  
Paulo César de Barros Martins – Vice Presidente  
Bivar Rufino de Lucena – Conselheiro Vogal  
Custodio Ricardo Arrais Neto – Conselheiro Vogal  
José Anerão Peres Alvarenga – Conselheiro Vogal  
Nivaldo do Nascimento – Conselheiro Vogal  
Paulo Silvio Mourão Veras – Conselheiro Vogal

## Diretoria Executiva Mandato até 2020

José Evaldo Campos – Diretor Presidente  
Paulo César de Barros Martins – Vice-Presidente

## Conselho Fiscal Mandato até 2018

Luis Costa Coelho – Efetivo  
Maria Cleidenedia Morais Oliveira – Efetivo  
Hermani Felinto de Brito – Efetivo  
Antonio Martins Moreira – Suplente

# BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 31 de dezembro de 2016

Ativo	N.E.	Em Reais	
		31/12/2016	31/12/2015
<b>Total circulante</b>		<b>91.918.434,80</b>	<b>54.138.239,21</b>
Disponibilidades	3c	3.005,46	5.729,46
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3c	52.546.404,30	28.661.220,17
Títulos e valores mobiliários	4	34.749.061,36	8.227.505,69
Operações de crédito	5	3.893.949,26	16.183.628,25
Outros créditos	6	630.765,91	977.788,09
Outros valores e bens	7	95.248,51	82.367,55
<b>Total não circulante</b>		<b>10.058.879,61</b>	<b>8.556.372,72</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>4.251.653,03</b>	<b>3.519.640,36</b>
Operações de crédito	5	4.174.683,30	3.442.670,63
Outros créditos	6	76.969,73	76.969,73
<b>Permanente</b>		<b>5.807.226,58</b>	<b>5.036.732,36</b>
<b>Investimento</b>		<b>4.799.935,65</b>	<b>4.192.466,86</b>
Ações e cotas	8	4.799.935,65	4.192.466,86
<b>Imobilizado</b>		<b>1.007.290,93</b>	<b>844.265,50</b>
Imobilizado de uso	9	853.288,40	677.868,24
Intangível	10	154.002,53	166.397,26
<b>Total do ativo</b>		<b>101.977.314,41</b>	<b>62.694.611,93</b>
			<b>Em Reais</b>
			<b>31/12/2015</b>
<b>Passivo</b>	<b>N.E.</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Total circulante</b>		<b>84.890.655,64</b>	<b>49.944.028,73</b>
Depósitos	11	27.947.186,52	18.680.043,28
tDepósito a prazo		27.947.186,52	18.680.043,28
Relações interfinanceiras	12	54.818.386,83	29.402.514,06
Outras obrigações		2.125.082,29	1.861.471,39
Sociais e estatutárias	13.1	67.187,91	38.009,77
Fiscais e previdenciárias	13.2	120.066,44	104.172,91
Diversas	13.3	1.937.827,94	1.719.288,71
<b>Total não circulante</b>		-	<b>300.000,00</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>		-	<b>300.000,00</b>
Provisões para passivos contingentes	13.3	-	300.000,00
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>15</b>	<b>17.086.658,77</b>	<b>12.450.583,20</b>
Capital social		16.106.994,86	11.851.441,11
Reserva de lucros		719.306,87	259.110,74
Sobras à disposição da AGO		260.357,04	340.031,35
<b>Total do passivo + patrimônio líquido</b>		<b>101.977.314,41</b>	<b>62.694.611,93</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Levantado em 31 de dezembro de 2016

N.E.	2º semestre		Em Reais
	2016	2016	Exercícios 2015
<b>Ingressos da intermediação financeira</b>	<b>6.091.783,57</b>	<b>11.094.535,08</b>	<b>8.561.084,97</b>
Operações de crédito	964.386,40	2.178.219,68	2.645.851,46
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	3.420.213,06	5.806.090,05	4.086.042,16
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	1.707.184,11	3.110.225,35	1.829.191,35
<b>Dispêndios da intermediação financeira</b>	<b>(1.636.815,02)</b>	<b>(3.007.432,41)</b>	<b>(2.421.726,73)</b>
Operações de captação no mercado	(1.758.742,29)	(3.166.778,42)	(2.080.670,25)
Provisão para operações de créditos	121.927,27	159.346,01	(341.056,48)
<b>Resultado bruto intermediação financeira</b>	<b>4.454.968,55</b>	<b>8.087.102,67</b>	<b>6.139.358,24</b>
<b>Outros ingressos (dispêndios) operacionais</b>	<b>(3.458.289,28)</b>	<b>(6.586.831,87)</b>	<b>(5.612.596,96)</b>
Ingressos de prestação de serviços	3.611,47	7.059,97	9.614,42
Dispêndios de pessoal	17 (2.733.203,95)	(5.074.992,11)	(3.605.984,60)
Outros dispêndios administrativos	18 (1.337.587,31)	(2.716.617,51)	(1.855.544,38)
Outros dispêndios intercooperativos	(3.432.379,93)	(6.297.286,29)	(5.128.771,52)
Dispêndios tributários	(1.785,70)	(2.411,97)	(2.236,26)
Dispêndios com amortização e depreciação	(81.453,61)	(155.871,14)	(143.086,93)
Outros dispêndios operacionais	19 (122,59)	(482.809,39)	(1.853,74)
Outros ingressos operacionais	20 4.124.632,34	8.136.096,57	5.115.266,05
<b>Resultado operacional</b>	<b>996.679,27</b>	<b>1.500.270,80</b>	<b>526.761,28</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>(5.148,56)</b>	<b>(5.151,47)</b>	<b>18.283,84</b>
<b>Sobra antes da tributação</b>	<b>991.530,71</b>	<b>1.495.119,33</b>	<b>545.045,12</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(231,14)</b>	<b>(560,71)</b>	<b>(4.986,37)</b>
<b>Sobra/lucro líquido do semestre/exercício antes da reversão dos juros sobre capital integralizado</b>	<b>991.299,57</b>	<b>1.494.558,62</b>	<b>540.058,75</b>
<b>Juros sobre capital integralizado</b>	<b>16 (859.525,33)</b>	<b>(1.092.784,38)</b>	<b>-</b>
<b>Sobra líquida do semestre/exercício</b>	<b>131.774,24</b>	<b>401.774,24</b>	<b>540.058,75</b>
<b>Participações estatutárias na sobra</b>		<b>(141.417,20)</b>	<b>(200.027,40)</b>
<b>FATES</b>		(21.252,42)	(38.009,77)
<b>Reserva legal</b>		(120.164,78)	(162.017,63)
<b>Sobra à disposição da AGO</b>		<b>260.357,04</b>	<b>340.031,35</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Levantado em 31 de dezembro de 2016

					Em Reais
	Subscrito	Capital A realizar	Reserva Legal	Sobra à disposição da AGO	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>10.266.229,48</b>	<b>(20.000,00)</b>	<b>50.387,47</b>	<b>93.411,29</b>	<b>10.390.028,24</b>
Movimentações de capital:					
Com sobras	46.334,36	-	46.705,64	(93.040,00)	-
Integralização de capital	2.633.153,28	20.000,00	-	-	2.653.153,28
Baixa de capital	(1.094.276,01)	-	-	-	(1.094.276,01)
Distribuição das sobras	-	-	-	(371,29)	(371,29)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	540.058,75	540.058,75
Destinação das sobras:					
. Reserva legal	-	-	162.017,63	(162.017,63)	-
. FATES	-	-	-	(38.009,77)	(38.009,77)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>11.851.441,11</b>	<b>-</b>	<b>259.110,74</b>	<b>340.031,35</b>	<b>12.450.583,20</b>
Movimentações de capital:					
Integralização de capital	5.056.275,09	-	-	-	5.056.275,09
Baixa de capital	(800.721,34)	-	-	-	(800.721,34)
Aumento da reserva legal	-	-	340.031,35	(340.031,35)	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	401.774,24	401.774,24
Destinação das sobras:					
. Reserva legal	-	-	120.164,78	(120.164,78)	-
. FATES	-	-	-	(21.252,42)	(21.252,42)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>16.106.994,86</b>	<b>-</b>	<b>719.306,87</b>	<b>260.357,04</b>	<b>17.086.658,77</b>
<b>Saldos em 1º de julho de 2016</b>	<b>13.563.648,58</b>	<b>(156.000,00)</b>	<b>599.142,09</b>	<b>270.000,00</b>	<b>14.276.790,67</b>
Movimentações de capital:					
Integralização de capital	3.344.067,62	156.000,00	-	-	3.500.067,62
Baixa de capital	(800.721,34)	-	-	-	(800.721,34)
Sobra líquida do semestre	-	-	-	131.774,24	131.774,24
Destinação das sobras:					
. Reserva legal	-	-	120.164,78	(120.164,78)	-
. FATES	-	-	-	(21.252,42)	(21.252,42)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>16.106.994,86</b>	<b>-</b>	<b>719.306,87</b>	<b>260.357,04</b>	<b>17.086.658,77</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Levantado em 31 de dezembro de 2016

	2º semestre		Em Reais
	2016	2016	Exercícios
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>21.653.456,65</b>	<b>47.072.224,36</b>	<b>(6.124.306,72)</b>
Sobra ajustada do semestre / exercícios	189.372,38	533.789,91	623.025,85
Sobra líquida do semestre / exercícios	131.774,24	401.774,24	540.058,75
Depreciações e amortizações	57.598,14	132.015,67	82.967,10
Variações nos ativos	10.651.551,45	11.891.807,54	(5.716.011,03)
Operações de crédito	10.465.726,72	11.557.666,32	(5.211.824,97)
Outros créditos e outros valores e bens	185.824,73	334.141,22	(504.186,06)
Variações nos passivos	10.812.532,82	34.646.626,91	(1.031.321,54)
Depósitos	3.158.166,47	9.267.143,24	4.350.661,74
Relações Interfinanceiras	8.382.968,87	25.415.872,77	(5.662.600,97)
Outras obrigações	(728.602,52)	(36.389,10)	280.617,69
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>(669.592,59)</b>	<b>(902.509,89)</b>	<b>(484.040,66)</b>
Aumento de investimentos	(404.215,76)	(607.468,79)	(378.323,01)
Aquisições de imobilizado de uso	(244.376,83)	(268.560,57)	29.376,01
Aplicação no intangível	(21.000,00)	(26.480,53)	(135.093,66)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	<b>2.678.093,86</b>	<b>4.234.301,33</b>	<b>1.520.496,21</b>
Distribuição de sobras	-	-	(371,29)
Integralizações de capital	3.500.067,62	5.056.275,09	2.653.153,28
Baixas de capital	(800.721,34)	(800.721,34)	(1.094.276,01)
FATES	(21.252,42)	(21.252,42)	(38.009,77)
<b>Varição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>23.661.957,92</b>	<b>50.404.015,80</b>	<b>(5.087.851,17)</b>
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercícios	63.636.513,20	36.894.455,32	41.982.306,49
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre / exercícios	87.298.471,12	87.298.471,12	36.894.455,32
<b>Varição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>23.661.957,92</b>	<b>50.404.015,80</b>	<b>(5.087.851,17)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sicoobcard, o cartão que faz  
a diferença na sua vida  
e no seu bolso. Peça o seu.



Sicoobcard.  
Diferente, igual a você.



Para informações dos benefícios de cada cartão, fale com o gerente da sua cooperativa, acesse o site ou ligue para a Central de Atendimento Sicoobcard.

Regiões Metropolitanas: 4007 1256

Demais regiões: 0800 702 0756

Ouvidoria: 0800 725 0996

[www.sicoob.com.br/cartoes](http://www.sicoob.com.br/cartoes)

 **SICOOB**  
Faça parte.

# NOTAS EXPLICATIVAS

Levantado em 31 de dezembro de 2016

## 1. Contexto Operacional

A **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE - SICOOB CENTRAL NE**, é uma cooperativa de crédito de segundo grau, instituição financeira não bancária, fundada em 25 de abril de 1994, filiada e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CENTRAL NE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. A Administração da Cooperativa aprovou as demonstrações financeiras em 27 de janeiro de 2017.

As demonstrações financeiras são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações financeiras – Resolução CMN nº 1.376/2011 e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/2015.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

### a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério “*pro rata temporis*” e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

Os ingressos com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e os ingressos operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

## b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para operações de créditos, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para passivos contingentes, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

## c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	3.005,46	5.729,46
Bancoob – RDC	52.546.404,30	28.661.220,17
Bancoob – Centralização	14.625.710,90	8.227.505,69
Sicoob institucional	20.123.350,46	-
<b>TOTAL</b>	<b>87.298.471,12</b>	<b>36.894.455,32</b>

## d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

## e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 2697/2000 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

## f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como pólo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **g) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Confederação e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **h) Imobilizado**

São representados por terrenos, edificações, instalações, móveis e equipamentos de uso, sistemas de comunicação, sistemas de processamento de dados e sistemas de segurança são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **i) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **j) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

#### **k) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **l) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **m) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **n) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### **o) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

#### **p) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 365 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016.

#### 4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bancoob – Centralização	14.625.710,90	8.227.505,69
Sicoob institucional	20.123.350,46	-
<b>TOTAL</b>	<b>34.749.061,36</b>	<b>8.227.505,69</b>

#### 5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	3.913.541,96	4.195.661,61	<b>8.109.203,57</b>	19.826.215,90
(-) Provisões para operações de crédito	(19.592,70)	(20.978,31)	<b>(40.571,01)</b>	(199.917,02)
<b>TOTAL</b>	<b>3.893.949,26</b>	<b>4.174.683,30</b>	<b>8.068.632,56</b>	<b>19.626.298,88</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimos	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
A	0,5%	Normal	8.108.203,57	8.108.203,57	(40.541,01)	7.684.201,79	(38.421,05)
B	1%	Normal	-	-	-	10.138.222,56	(101.382,22)
C	3%	Normal	1.000,00	1.000,00	(30,00)	2.003.791,55	(60.113,75)
<b>Total Geral</b>			<b>8.109.203,57</b>	<b>8.109.203,57</b>	<b>(40.571,01)</b>	<b>19.826.215,90</b>	<b>(199.917,02)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(40.571,01)</b>	<b>(40.571,01)</b>		<b>(199.917,02)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>8.068.632,56</b>	<b>8.068.632,56</b>		<b>19.626.298,88</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	541.004,15	3.372.537,81	4.195.661,61	8.109.203,57
<b>TOTAL</b>	<b>541.004,15</b>	<b>3.372.537,81</b>	<b>4.195.661,61</b>	<b>8.109.203,57</b>

d) Composição da carteira de empréstimo por tipo de cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimo	% da Carteira
Setor privado - serviços	1.000.000,00	12%
Outros	7.109.203,57	88%
<b>TOTAL</b>	<b>8.109.203,57</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(199.917,02)	(174.925,22)
Constituições	-	(341.056,48)
Reversões	159.346,01	316.064,68
<b>TOTAL</b>	<b>(40.571,01)</b>	<b>(199.917,02)</b>

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior devedor	3.928.201,69	46,16%	9.930.000,00	49,09%
10 Maiores devedores	8.509.133,30	100,00%	20.226.145,63	100,00%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Créditos baixados entre 13 e 48 meses	16.754,62	399.929,73
Créditos baixados há mais de 49 meses	2.376.785,80	1.993.610,69
<b>TOTAL</b>	<b>2.393.540,42</b>	<b>2.393.540,42</b>

## 6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Rendas a receber	552.705,91	-	394.115,03	-
Diversos (a)	78.060,00	76.969,73	583.673,06	76.969,73
<b>TOTAL</b>	<b>630.765,91</b>	<b>76.969,73</b>	<b>977.788,09</b>	<b>76.969,73</b>

(a) Parte do saldo da rubrica Diversos é referente a depósito judicial em processo judicial existente, onde a Cooperativa é réu de processos relativos a ações de cobrança de Execução Fiscal - ISS da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, que totalizam o montante de R\$ 76.969,73 bloqueado judicialmente em conta corrente e cujo parecer jurídico relativo à probabilidade de ganho está classificado como provável, porém sem definição, com suficiente segurança, do prazo de conclusão. A Administração da Cooperativa julgou não ser necessária a constituição de provisão para perdas sobre esse assunto.

## 7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Material em estoque	29.047,48	24.806,26
Despesas antecipadas (a)	66.201,03	57.561,29
<b>TOTAL</b>	<b>95.248,51</b>	<b>82.367,55</b>

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, processamento de dados, vale alimentação e refeição e outros.

## 8. Investimentos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Sicoob Confederação	3.494.186,85	3.399.342,43
Bancoob	1.091.368,40	763.744,03
Confedbras e CNAC	201.264,00	16.264,00
Telebras e Sicoob adm e corretora de seguros	13.116,40	13.116,40
<b>TOTAL</b>	<b>4.799.935,65</b>	<b>4.192.466,86</b>

## 9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Edificações	400.524,65	400.524,65	4%
Instalações	445.294,69	323.125,55	10%
Móveis e equipamentos de uso	361.289,16	277.542,98	10%
Sistema de comunicação	35.244,91	36.708,60	10%
Sistema de processamento de dados	328.952,07	253.703,13	20%
Sistema de segurança	2.315,00	13.455,00	10%
(-) Depreciação acumulada	(720.332,08)	(627.191,67)	
<b>TOTAL</b>	<b>853.288,40</b>	<b>677.868,24</b>	

## 10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros ativos intangíveis	245.389,41	218.908,88
(-) Amortização acumulada	(91.386,88)	(52.511,62)
<b>TOTAL</b>	<b>154.002,53</b>	<b>166.397,26</b>

## 11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos cooperados, denominado de depósitos à vista, portanto, sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito a prazo	27.947.186,52	18.680.043,28
<b>TOTAL</b>	<b>27.947.186,52</b>	<b>18.680.043,28</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior depositante	26.468.457,37	31,98%	11.077.991,11	23,05%
10 Maiores depositantes	77.199.716,11	93,28%	42.100.808,64	87,59%
20 Maiores depositantes	82.765.573,35	100,00%	48.063.339,78	100,00%

## 12. Relações interfinanceiras

As aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização financeira – Cooperativas	54.818.386,83	29.402.514,06
<b>TOTAL</b>	<b>54.818.386,83</b>	<b>29.402.514,06</b>

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas das singulares, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL NE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

## 13. Outras Obrigações

### 13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado de atos com associados (a)	20.027,46	27.002,94
Resultado de atos com não associados (a)	1.224,96	11.006,83
Cotas de capital a pagar (b)	45.935,49	-
<b>TOTAL</b>	<b>67.187,91</b>	<b>38.009,77</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

### 13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para impostos e contribuições/lucros	-	3.128,29
Impostos e contribuições a recolher	120.066,44	101.044,62
<b>TOTAL</b>	<b>120.066,44</b>	<b>104.172,91</b>

### 13.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações por aquisição de bens e direitos	11.594,25	409,40
Obrigações por convênios oficiais	40.726,97	72.678,65
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	1.885.356,87	1.624.208,52
Provisão para passivos contingentes (b)	-	300.000,00
Credores diversos - País	149,85	21.992,14
<b>TOTAL</b>	<b>1.937.827,94</b>	<b>2.019.288,71</b>

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(b) Constituída em montante considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre possíveis prejuízos sobre operações de cobrança com avais cedidos às singulares, com operações de cartão de crédito. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração da Cooperativa decidiu baixar a provisão por não haver riscos envolvidos.

## 14. Instrumentos financeiros

O SICOOB CENTRAL NE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito e depósitos a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios de 2016 e de 2015, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 15 . Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2016, o SICOOB CENTRAL NE aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.255.553,75 com recursos provenientes de integralização de capital das cooperativas centralizadas.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	16.106.994,86	11.851.441,11
Filiadas	16	16

### b) Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

### c) Sobras à disposição da AGO

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembléia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2016, os cooperados deliberaram pela destinação total das sobras do exercício de 2015 para aumento da Reserva, no valor de R\$ 340.031,35.

### d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
<b>Sobra líquida do exercício</b>	<b>401.774,24</b>	<b>540.058,75</b>
Atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(1.224,96)	(11.006,83)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	400.549,28	529.051,92
Reserva legal - 30%	(120.164,78)	(162.017,63)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(20.027,46)	(27.002,94)
<b>Sobra à disposição da Assembléia Geral</b>	<b>260.357,04</b>	<b>340.031,35</b>

## 16. Provisão de juros ao capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do cooperado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor de 60% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Em 2016, no montante de R\$ 1.092.784,38 (em 2015 não foram pagos juros sobre o capital das singulares).

## 17. Dispêndios de pessoal

Descrição	2016	2015
Dispêndios de honorários	(256.381,93)	(282.301,95)
Assistência médica	(180.703,65)	(72.023,95)
Alimentação do trabalhador	(655.291,52)	(257.901,42)
Vale transporte	(5.812,64)	(21.512,56)
Seguros	(23.937,16)	(22.000,02)
Auxílio educação	(2.076,75)	-
Assistência odontológica	(7.787,57)	(7.000,00)
Contribuição previdência privada	(16.254,28)	-
Dispêndios de pessoal - encargos sociais	(917.876,99)	(720.068,46)
Salários	(1.857.503,90)	(1.428.333,37)
Comissões de cargo	-	(72.636,07)
Horas extras	(2.205,94)	(29.240,32)
13º salário	(182.936,70)	(139.418,46)
Gratificações	(186.545,62)	-
Férias	(271.577,76)	(227.509,21)
Férias indenizadas	(636,55)	(1.353,85)
Multa sobre rescisões trabalhistas – FGTS	(8.453,41)	(17.425,03)
Aviso prévio indenizado	(9.890,86)	(18.194,88)
13º salário indenizado	(636,55)	(1.353,85)
Provisão reajuste salarial	(15.831,30)	(194.234,45)
Outros dispêndios de pessoal	(396.400,00)	(2.200,00)
Dispêndios de remuneração de estagiários	(51.203,35)	(72.216,22)
Dispêndios de contribuição ao PIS/Pasep	(25.047,68)	(19.060,53)
<b>TOTAL</b>	<b>(5.074.992,11)</b>	<b>(3.605.984,60)</b>

## 18. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2016	2015
Dispêndios de água, energia e gás	(40.707,23)	(38.398,69)
Dispêndios de comunicações	(137.180,27)	(121.572,32)
Dispêndios de manutenção e conservação de bens	(27.139,28)	(24.994,35)
Dispêndios de alugueis	(11.500,00)	(345,96)
Dispêndios de material	(17.309,19)	(27.039,60)
Dispêndios de seguros	(2.472,16)	(4.231,34)
Dispêndios de pessoal - treinamento	(33.543,31)	(20.190,00)
Dispêndios de publicações	(6.000,00)	(4.530,00)
Dispêndios de promoções e relações públicas	(30.000,00)	(74.720,30)
Dispêndios de propaganda e publicidade	(6.000,00)	(4.300,00)
Dispêndios de serviços técnicos especializados	(427.660,00)	(171.215,00)
Dispêndios de transporte	(3.391,40)	(5.553,21)
Dispêndios de viagem no exterior	(1.500,00)	-
Dispêndios de viagem no país	(185.645,66)	(131.511,54)
Dispêndios de processamento de dados	(594.746,25)	(391.642,48)
Dispêndios de serviços do sistema financeiro	(57.772,31)	(42.146,98)
Dispêndios de serviços de vigilância e segurança	(7.030,00)	(5.400,00)
Dispêndios de serviços de terceiros	(6.831,38)	(6.594,29)
Outros dispêndios administrativos	(1.120.189,07)	(781.158,32)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.716.617,51)</b>	<b>(1.855.544,38)</b>

## 19. Outros dispêndios operacionais

Descrição	2016	2015
Passivos contingentes	(482.404,23)	-
Outros dispêndios operacionais	(394,60)	(1.824,34)
Contribuição ao fundo de ressarcimento p/ perdas operacionais	(10,56)	(29,40)
<b>TOTAL</b>	<b>(482.809,39)</b>	<b>(1.853,74)</b>

## 20. Outros ingressos operacionais

Descrição	2016	2015
Outras recuperações de encargos e despesas	730.737,47	192.206,86
Rateio de despesas da central entre filiadas	6.562.153,48	4.595.825,83
Outros ingressos operacionais	843.205,62	327.233,36
<b>TOTAL</b>	<b>8.136.096,57</b>	<b>5.115.266,05</b>

## 21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas de acordo com o CPC – 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas são: pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e dos membros

próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício:

Montante das Operações Ativas	2016	2015
P.R. – Vínculo de grupo econômico	17.001.027,32	12.390.452,95
<b>TOTAL</b>	<b>17.001.027,32</b>	<b>12.390.452,95</b>

Operações ativas e passivas – 31 de dezembro de 2016:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimos	8.109.203,57	40.571,01	100%

Aplicações Financeiras	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
27.947.186,52	100%	100% CDI

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	2016	2015
Empréstimos	39.944.591,42	48.260.939,61
Prejuízo	600.000,00	600.000,00

Nos exercícios de 2016 e de 2015 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Honorários	(256.381,93)	(282.301,95)
Encargos sociais	(71.727,29)	(68.638,54)

## 22. Gerenciamento de Risco

### 22.1 Risco operacional

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), o qual consiste em:

a) A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

b) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

c) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

d) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

e) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

## **22. 2 Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CENTRAL NE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB CENTRAL NE aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB CENTRAL NE possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

## **22. 3 Risco de Crédito**

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB CENTRAL NE objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB CENTRAL NE aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CENTRAL NE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

## **22. 4 Gerenciamento de capital**

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CENTRAL NE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, SICOOB CENTRAL NE aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é

realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

### 23. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 359.989,92, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

### 24. Seguros contratados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, de 28/02/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de Referência (PR) (100)	17.001.027,32	12.390.452,95
Ativos Ponderados por Risco (RWA) (900)	80.048.160,31	36.668.102,65
IB = PR / RWA	21,24%	33,79%

### 26. Benefícios a empregados

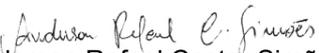
A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Sicoob Multi Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da Cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2016 totalizaram R\$ 16.254,28.

CABEDELO/PB, 31 de Dezembro de 2016

  
José Evaldo Campos  
Diretor Presidente  
CPF: 030.067.274-87

  
Anderson Rafael Castro Simões  
Contador  
CPF: 041.211.524-76  
CRC: PB-009051/O-9

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores e Cooperados da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste – Sicoob Central NE| João Pessoa PB

## **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste – Sicoob Central NE (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste – Sicoob Central NE em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

## **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Outros assuntos**

### **Auditoria do exercício anterior**

As demonstrações financeiras da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 5 de fevereiro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. (1) Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. (ii) obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa. (iii) avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. (iv) concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas,

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional. (v) avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 27 de janeiro de 2017.



**Inoveaud Auditores Independentes**  
CRC 2SP033908/O-3

**Júlio César de Souza Nunes**  
Contador CRC 1SP186234/O-2

# PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2016

O Conselho Fiscal da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste - SICOOB CENTRAL NE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após o exame mensal dos Balancetes, das Demonstrações Financeiras e Contábeis e do Relatório da Administração, relativos ao período de julho a dezembro de 2016 e ao exercício de 2016, bem como, considerando o acompanhamento e fiscalização realizados ao longo do exercício social, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central.

O parecer do Conselho Fiscal é favorável e recomenda que os documentos acima citados sejam aprovados pelas filiadas cooperadas na Assembleia Geral Ordinária.

Registramos que as observações feitas por este Conselho Fiscal, no decorrer do exercício findo, ao SICOOB CENTRAL NE foram devidamente consideradas.

Cabedelo (PB), 20 de março de 2017.



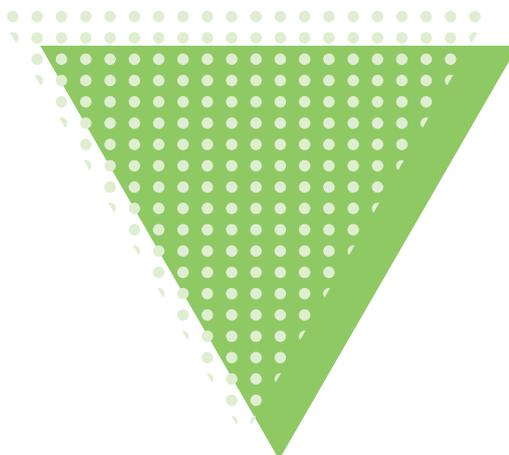
Hermano Brito de Brito  
Conselheiro Fiscal – Coordenador



Luis Costa Coelho  
Conselheiro Fiscal

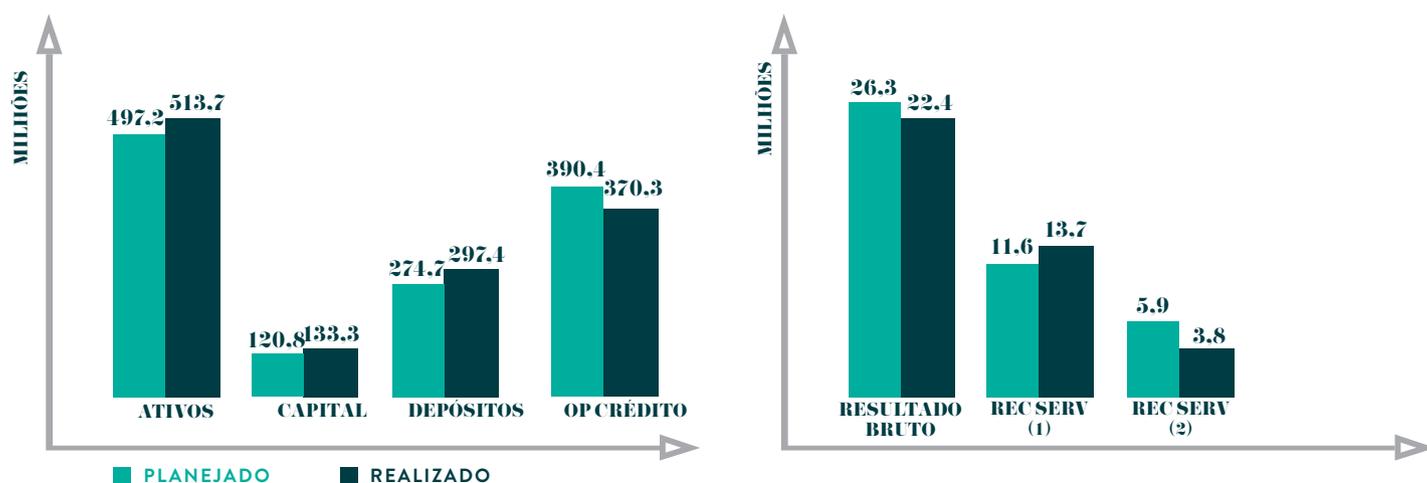


Antonio Martins Moreira  
Conselheiro Fiscal

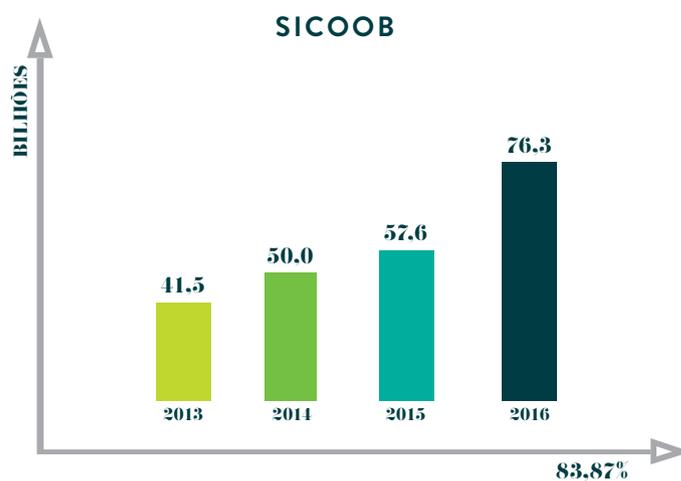
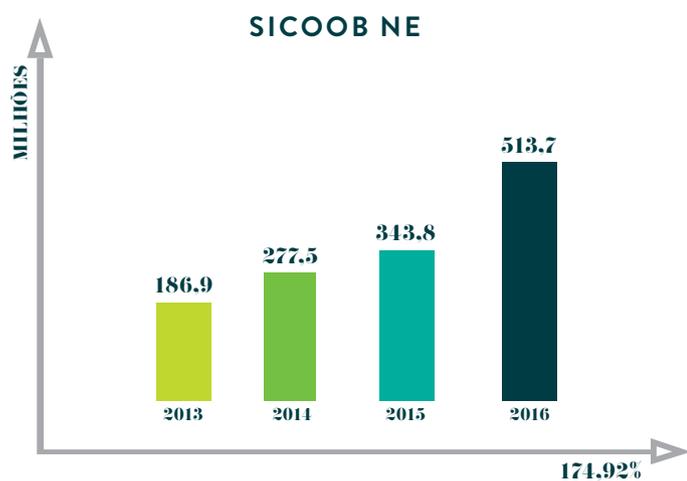


# PLANO DE METAS

## METAS REFERENCIAIS 2016



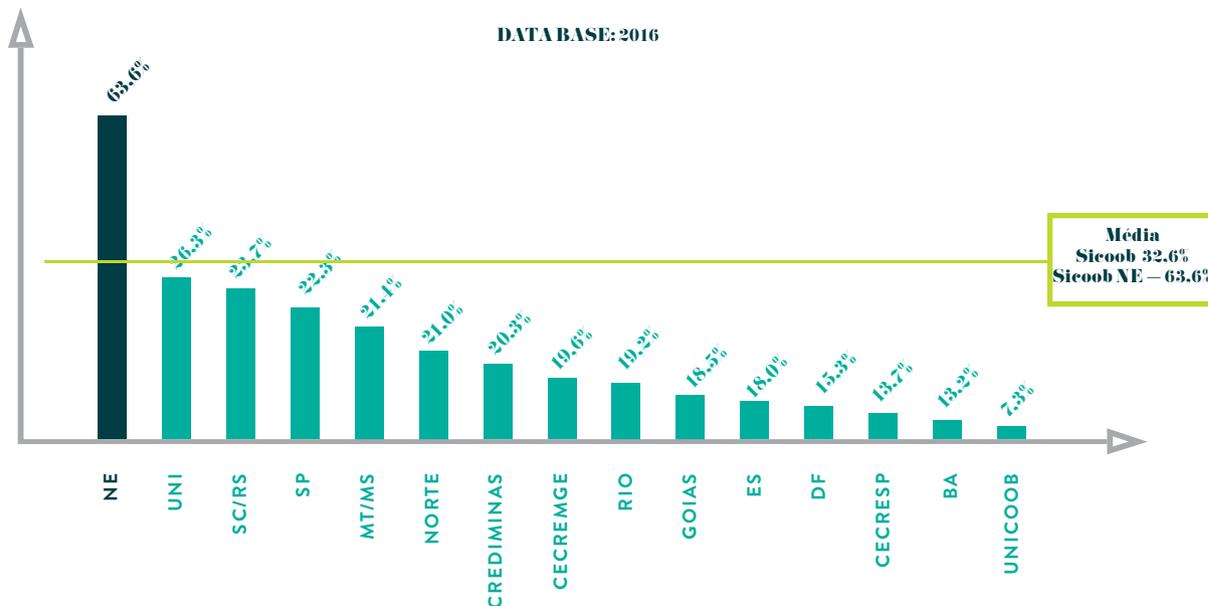
## ATIVOS TOTAIS



# PLANO DE METAS

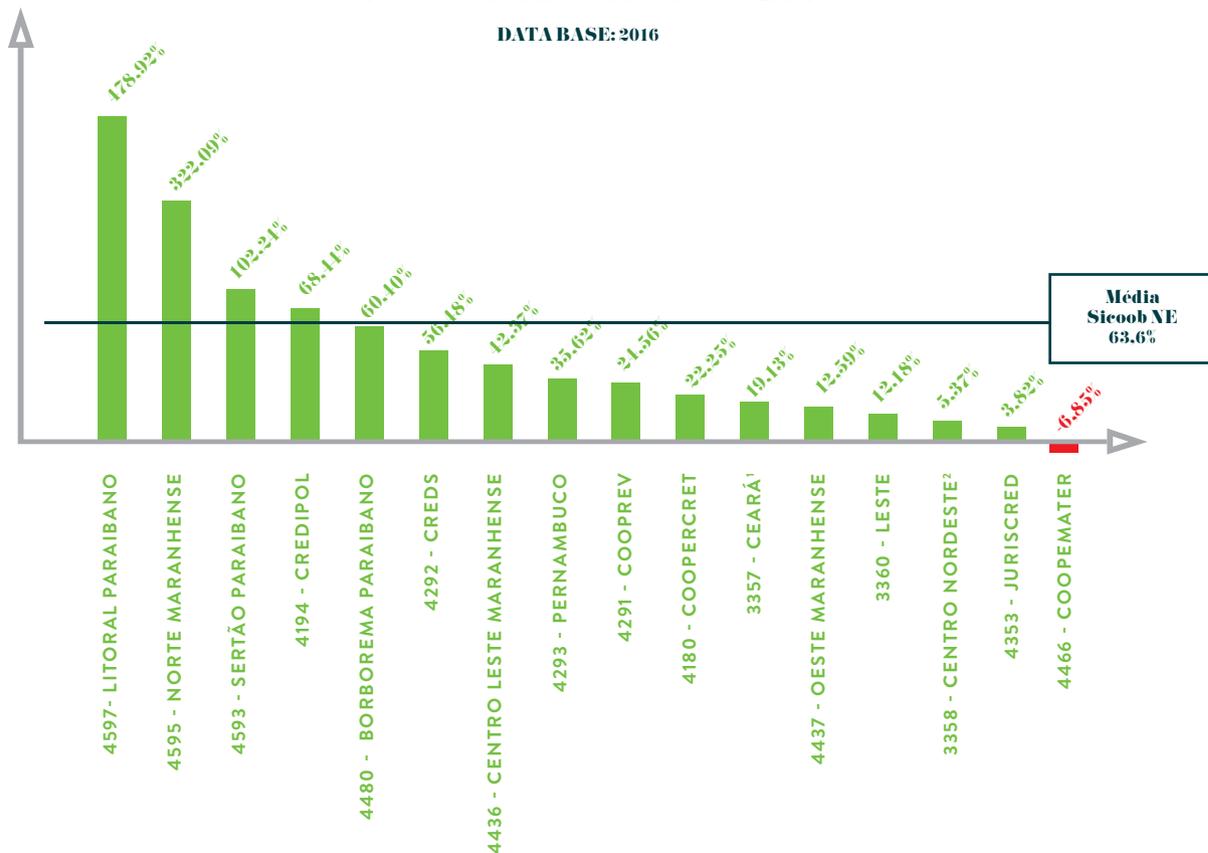
## ATIVOS TOTAIS POR CENTRAL

DATABASE: 2016



## ATIVOS TOTAIS POR SINGULAR

DATABASE: 2016

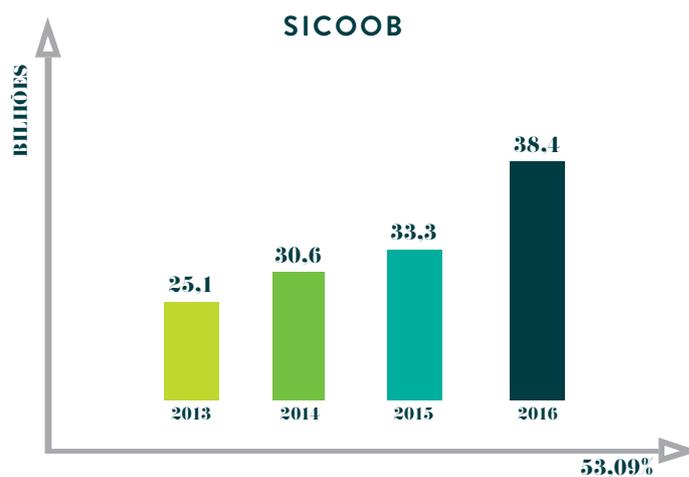
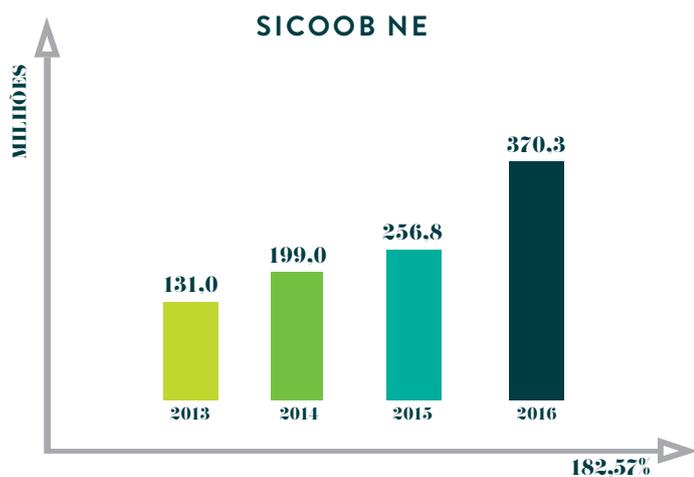


<sup>1</sup>FILIAÇÃO ABRIL DE 2016

<sup>2</sup>FILIAÇÃO NOVEMBRO DE 2016

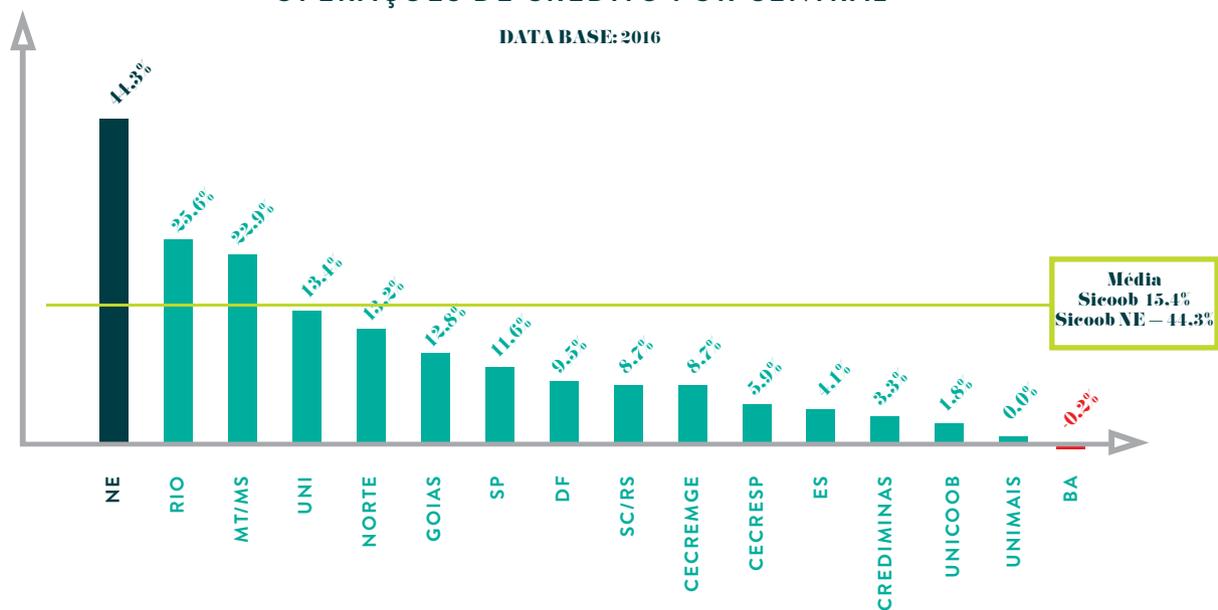
# PLANO DE METAS

## OPERAÇÕES DE CRÉDITO



## OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR CENTRAL

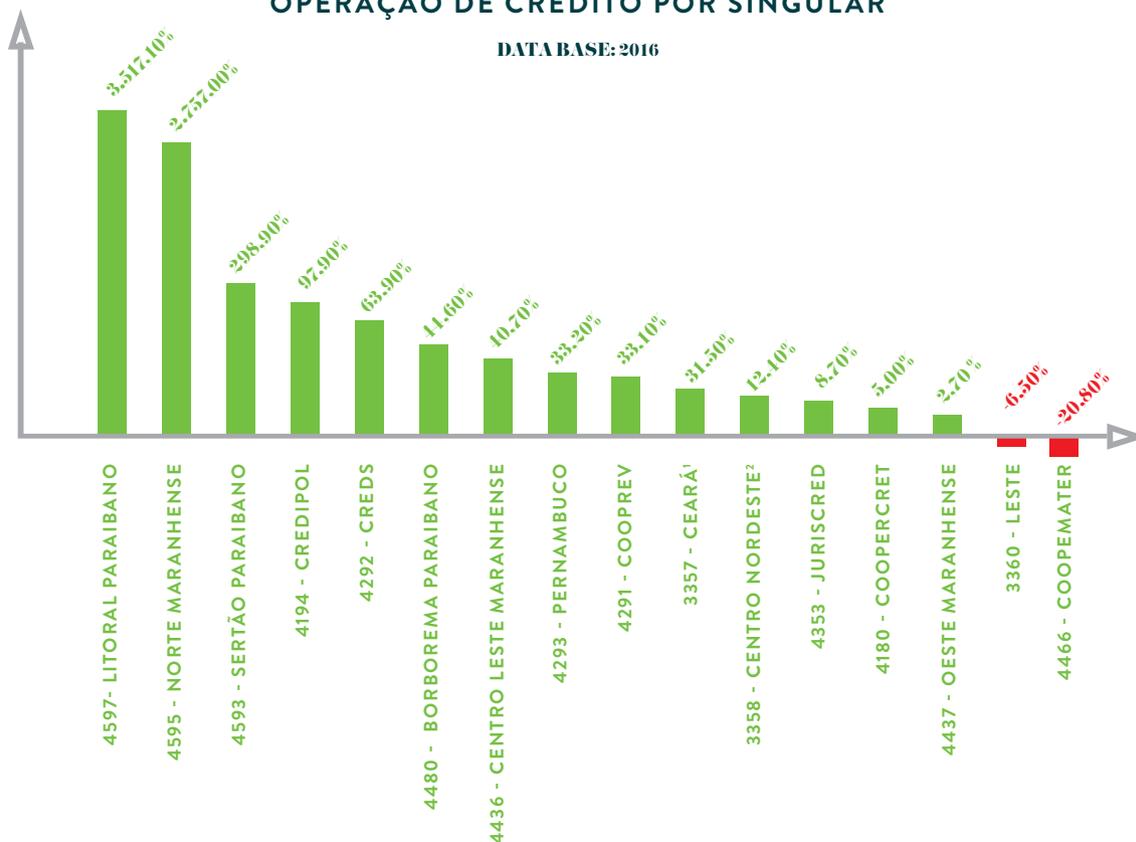
DATA BASE: 2016



# PLANO DE METAS

## OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR SINGULAR

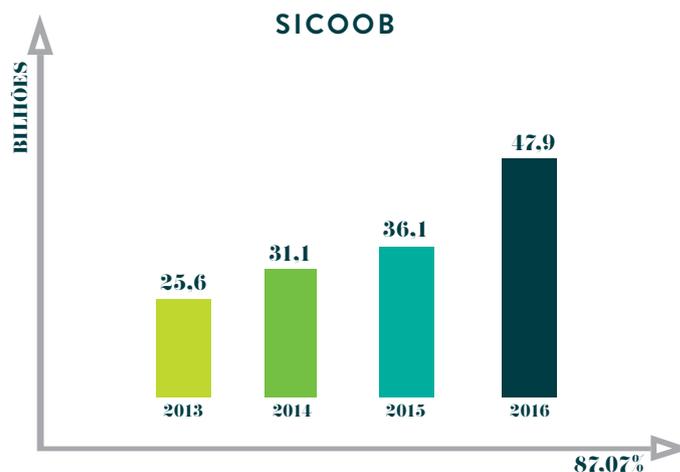
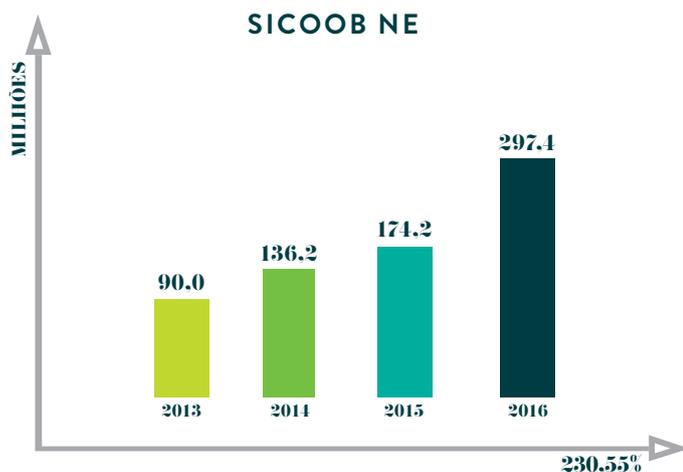
DATABASE: 2016



<sup>1</sup>FILIAÇÃO ABRIL DE 2016

<sup>2</sup>FILIAÇÃO NOVEMBRO DE 2016

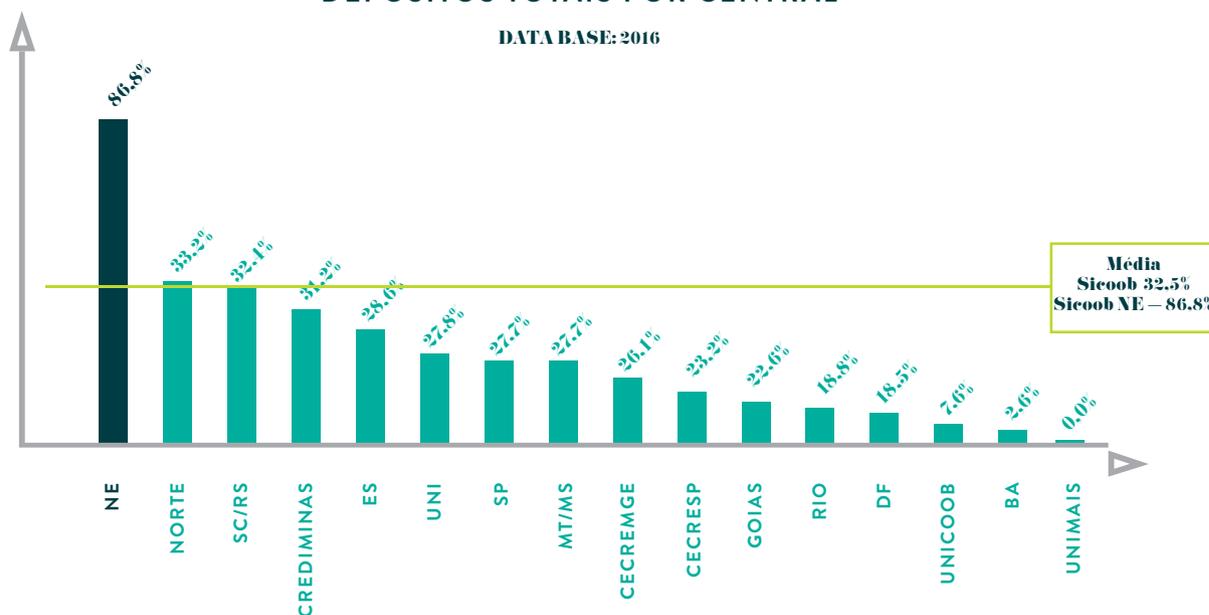
## DEPÓSITOS TOTAIS



# PLANO DE METAS

## DEPÓSITOS TOTAIS POR CENTRAL

DATA BASE: 2016



## DEPÓSITOS TOTAIS POR SINGULAR

DATA BASE: 2016

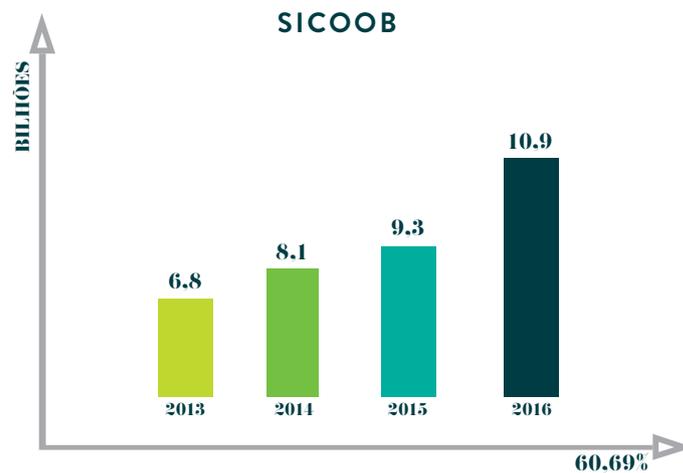
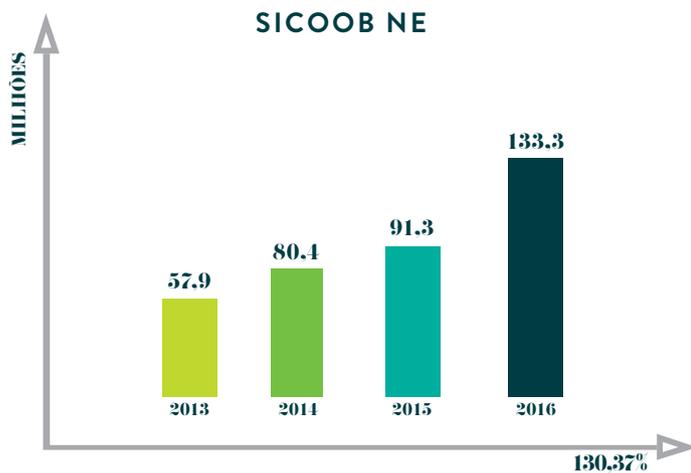


<sup>1</sup>FILIAÇÃO ABRIL DE 2016

<sup>2</sup>FILIAÇÃO NOVEMBRO DE 2016

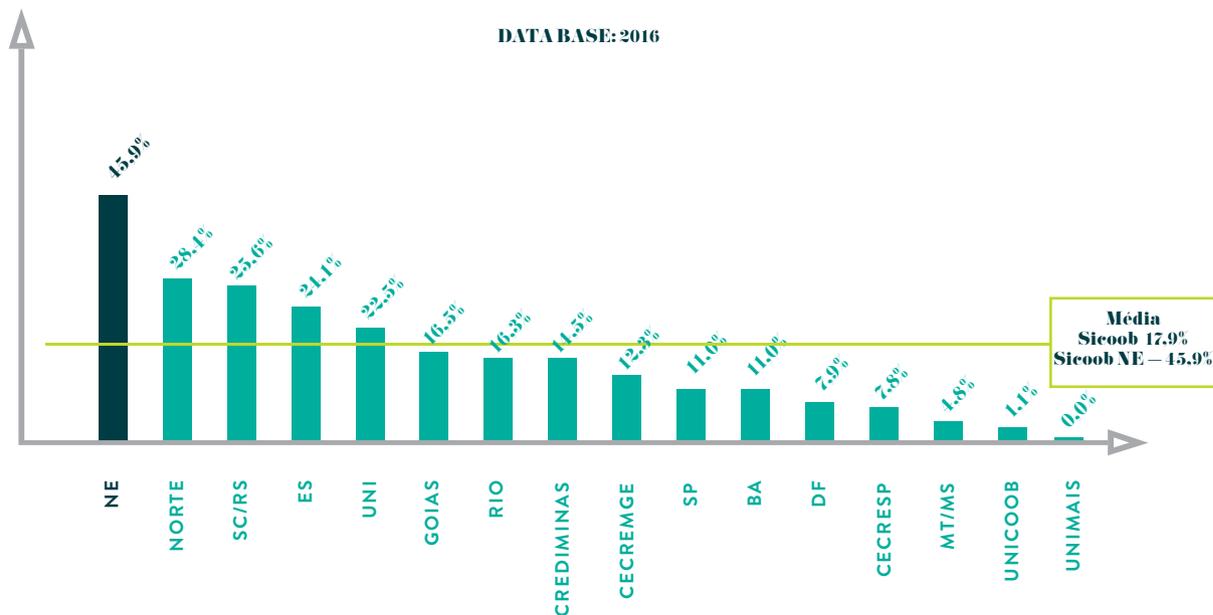
# PLANO DE METAS

## CAPITAL SOCIAL



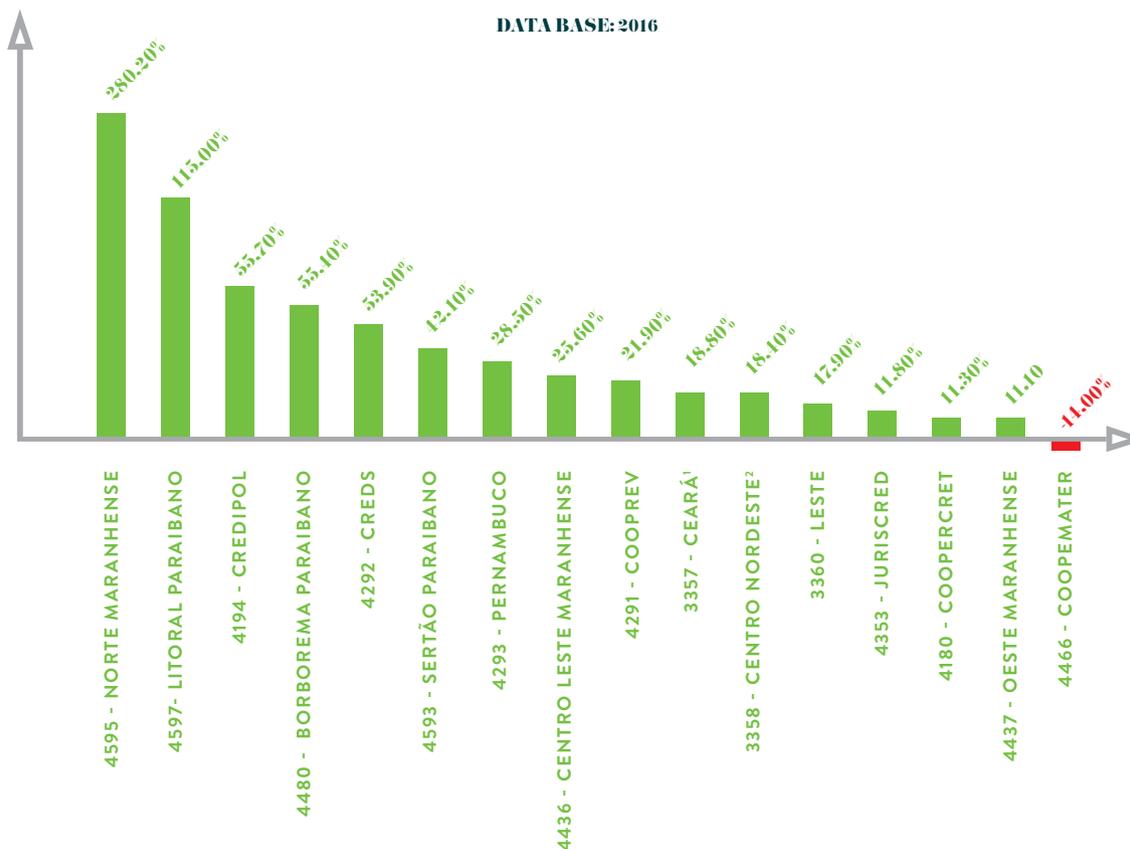
## CAPITAL SOCIAL POR CENTRAL

DATABASE: 2016



# PLANO DE METAS

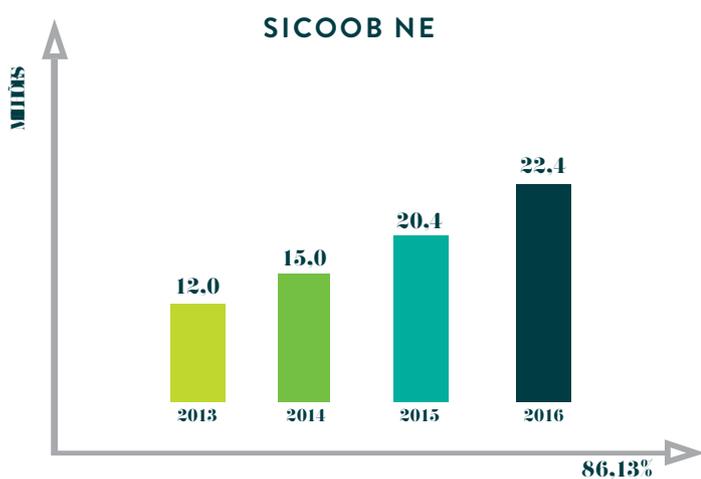
## DEPÓSITOS TOTAIS POR SINGULAR



<sup>1</sup>FILIAÇÃO ABRIL DE 2016

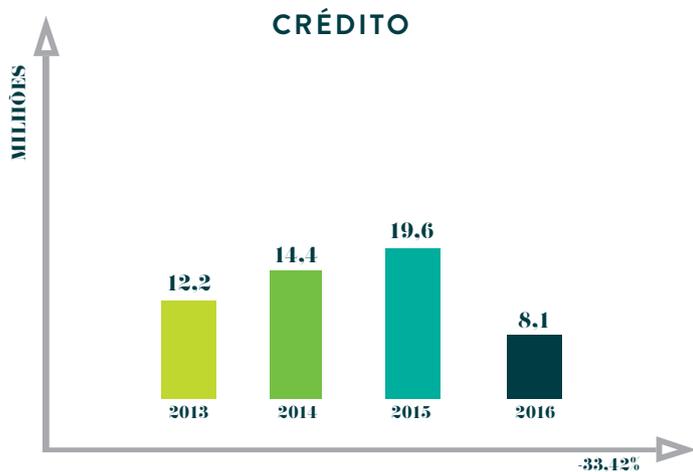
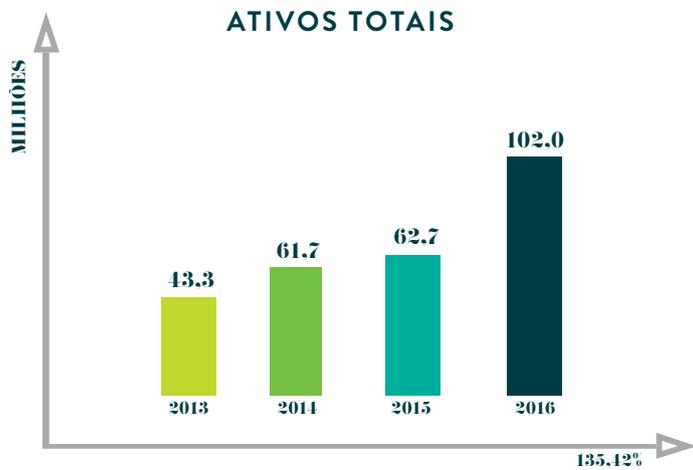
<sup>2</sup>FILIAÇÃO NOVEMBRO DE 2016

## RESULTADO BRUTO



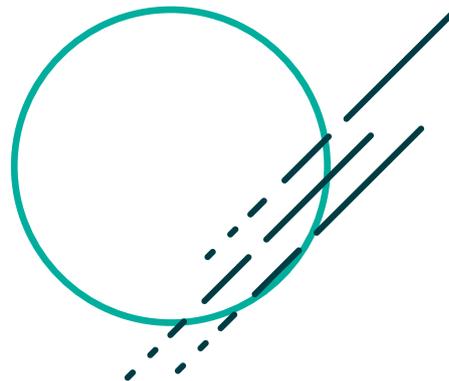
# PLANO DE METAS

## EVOLUÇÃO SICOOB CENTRAL NE



# SICOOB

O Nordeste inteiro fazendo parte.



## **SICOOB CEARÁ - 3357**

Sede: Fortaleza/CE

## **SICOOB CENTRO NORDESTE - 3358**

Sede: João Pessoa/PB

## **SICOOB LESTE - 3360**

Sede: Maceió/AL

## **SICOOB COOPERCRET - 4180**

Sede: João Pessoa/PB

## **SICOOB POTIGUAR - 4194**

Sede: Natal/RN

## **SICOOB CREDs - 4292**

Sede: João Pessoa/PB

## **SICOOB PERNAMBUCO - 4293**

Sede: São José do Egito/PE

## **SICOOB JURISCRED/PI - 4353**

Sede: Teresina/PI

## **SICOOB CENTRO LESTE MARANHENSE - 4436**

Sede: Grajaú/MA

## **SICOOB OESTE MARANHENSE - 4437**

Sede: Açailândia/MA

## **SICOOB BORBOREMA PARAIBANO - 4480**

Sede: Campina Grande/PB

## **SICOOB SERTÃO PARAIBANO - 4593**

Sede: Patos/PB

## **SICOOB NORTE MARANHENSE - 4595**

Sede: São Luís/MA

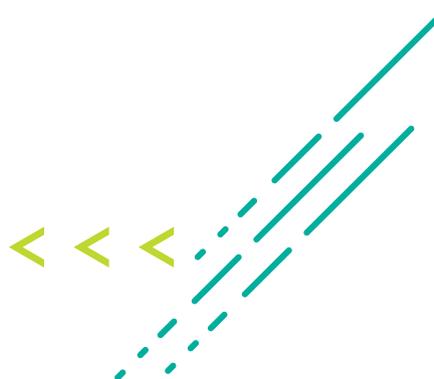
## **SICOOB LITORAL PARAIBANO - 4597**

Sede: João Pessoa/PB

## **SICOOB SUL MARANHENSE - 4618**

Sede: Balsas/MA

*Faça parte.*





Central de Atendimento  
0800 642 0000

Ouvidoria  
0800 725 0996  
Deficientes auditivos ou de fala  
0800 940 0458



/SicoobNordeste

